

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo I – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE	
I. Meio ambiente	
1.1 Considerações	11
1.2 Norma constitucional de proteção ao ambiente	
1.2.1 “Superioridade” formal	12
1.2.2 O artigo 225 da Constituição	14
1.2.3 Eficácia da norma programática	16
1.3 Conceito de meio ambiente	25
1.4 Princípios de Direito Ambiental	31
1.4.1 Princípios da proporcionalidade e da finalidade dos atos da Administração; o princípio do devido processo legal	34
1.4.2 Princípio da precaução	40
Capítulo II – NOÇÕES DA LICENÇA AMBIENTAL	
1. Natureza jurídica do licenciamento ambiental	
1.1 Procedimento administrativo	43
2. A licença ambiental: natureza jurídica	
2.1 Espécie de ato jurídico-administrativo	53
2.2 Ato administrativo vinculado	57
3. Alteração, suspensão e “cancelamento” da licença ambiental	
3.1 A dicotomia: ato subjetivo/ ato-condição	59
3.2 Direito francês: a “autorização” para instalar indústrias	63
3.3 Direito espanhol: “autorização” (sentido amplo)	64
3.4 Direito brasileiro: a Resolução 237/1997, do CONAMA	66

4. Alguns “limites” da competência discricionária da Administração	68
4.1 <i>A competência discricionária é conferida pelo legislador ..</i>	68
4.1.1 <i>Discricionariedade no comando da norma</i>	72
4.1.2 <i>Discricionariedade na hipótese da norma</i>	73
4.2 <i>As hipóteses da Resolução 237 do CONAMA</i>	75

Capítulo III – RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS

1. Dano ambiental	
1.1 <i>Noção de dano no Direito Privado</i>	78
1.2 <i>Noção de dano relativo ao ambiente</i>	80
2. Responsabilidade objetiva	
2.1 <i>A legislação</i>	83
2.2 <i>Ônus da prova</i>	85
2.3 <i>Responsabilidade solidária</i>	86
2.4 <i>Conclusões (parciais)</i>	86
3. Responsabilidade do Estado	
3.1 <i>Ato comissivo do agente</i>	87
3.2 <i>Omissão do agente</i>	89
3.3 <i>Entes privados que prestam serviços públicos</i>	90
3.4 <i>A responsabilidade solidária das entidades políticas</i>	91
3.5 <i>A responsabilidade solidária do Estado com o particular</i>	97
4. Responsabilidade do particular	
4.1 <i>Objetiva</i>	98
4.2 <i>Pessoa jurídica</i>	99
5. A responsabilidade (civil) no caso da licença ambiental	
5.1 <i>Justificativa metodológica</i>	102
5.2 <i>Princípio da distribuição das cargas públicas</i>	103
5.3 <i>Responsabilidade civil do Estado. Retomada do tema</i>	104
5.4 <i>Sacrifício de direito</i>	110
5.5 <i>Inexistência de direito adquirido e de direito subjetivo</i>	112
5.6 <i>Os princípios da segurança jurídica e da intangibilidade do patrimônio</i>	116
5.7 <i>Gozo do direito</i>	118

Capítulo IV – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA NOS ILÍCITOS AMBIENTAIS

1. Aspectos preliminares	
1.1 Premissas do estudo.....	121
1.2 Direito Administrativo X Direito Ambiental	123
1.3 Sistema normativo.....	124
2. Autonomia do Direito Administrativo	
2.1 Considerações iniciais	125
2.2 Função administrativa.....	127
2.3 Autonomia do Direito Ambiental?	131
3. O ilícito e a sanção jurídicos	
3.1 Espécies de ilícitos jurídicos: critério de identificação.....	136
3.2 Tipos de ilícitos administrativos	140
4. Princípios da legalidade e da tipicidade: consequências jurídicas	
4.1 Supremacia especial e supremacia geral do Estado	141
4.2 O artigo 75, da Lei 9.605/1998.....	145
4.3 Medidas provisórias	149
5. O “elemento subjetivo” (dolo-culpa) nos ilícitos administrativos	
5.1 Considerações introdutórias.....	153
5.2 A voluntariedade do agente	154
5.3 Exigência constitucional: dolo ou culpa do infrator	155
BIBLIOGRAFIA.....	160